Capítulo XXVIII — Fim da resposta

> **Sumário.** Fim da resposta às objeções.

Não contentes de ter destruído a primeira objeção que se opõe ao retorno dos clássicos cristãos, demonstrando que a restauração geral das ciências, das letras e das artes é anterior à Renascença, tomamos a ofensiva afirmando que esta é a época e a causa principal da decadência e da corrupção da língua latina na Europa. É o que nos resta provar.

Já não sabemos latim! Eis o que repetem, a quem quer ouvi-lo, os homens mais interessados em sustentar o contrário. Há vários anos já, um funcionário considerável da Universidade dizia num escrito público:

> *O ensino é limitado a um pequeno número, inútil e perigoso para a maioria dos que estão compreendidos nesse número, incompleto e mau para todos. Mesmo o grego e o latim, esses objetos aparentes dos estudos colegiais, são mal ensinados: a prova é que todos os alunos ignoram o grego e que nenhum sabe bem o latim. Aliás, quanto ao valor científico do ensino na França, existe uma infalível pedra de toque: são os exames ditos do bacharelado. Pois bem! declaro francamente, há sete anos fiz pela primeira vez desses exames, e desde há sete anos não achei um só candidato em dez que respondesse sequer passavelmente!!*[1]

Já não sabemos latim! Eis o que o senso íntimo diz baixinho a cada um de nós. Ao sair do colégio, mal os mais fortes teriam sido capazes de ler sem dicionário uma página de Cícero ou de Tácito; mas, com toda a certeza, nem um só teria condições de sustentar uma conversa ou uma discussão latina um pouco extensa. Hoje é ainda pior; a nossa memória só conserva da língua latina reminiscências tão enfraquecidas que, à exceção dos que, por ofício, fizeram da leitura das obras latinas a ocupação habitual da vida, não ousaríamos arriscar-nos a explicar uma passagem de um autor um pouco difícil, nem talvez a traduzi-lo sem tradução, e menos ainda a escrever os nossos pensamentos em latim.

Já não sabemos latim! Eis o que provam os fatos. Seria verdade, por exemplo, que o discurso latino pronunciado desde tempos imemoriais no grande concurso dos colégios de Paris, por uma das

sumidades universitárias, se faria agora em francês, para poupar à douta corporação os gracejos com que o latim dos seus professores foi recebido há vários anos? Seria verdade que uma das razões por que já não se ensina em latim nem a filosofia nem o direito romano é a dificuldade, não ouso dizer para o professor, mas para os alunos, de exprimir nítida e facilmente os seus pensamentos nessa língua? Não somente já não sabemos nem falar nem escrever o latim, nem sequer sabemos julgá-lo. O fato seguinte correu toda a França.

Por volta de 1825, o sapientíssimo cardeal Mai, bibliotecário da Propaganda, descobriu uma parte da *República* de Cícero e mandou imprimi-la. Alguns exemplares chegaram a Paris. Entre outras pessoas em cujas mãos caíram primeiro, estavam um suplente de um dos grandes colégios da capital e um pai de família cujo filho seguia os cursos desse colégio. Ora, o mestre julgara conveniente traduzir em francês uma página reencontrada de Cícero e dá-la em tema aos seus alunos: estava perfeitamente seguro de que ninguém poderia plagiar. O pai, examinando por acaso os deveres do filho, acha o tema, reconhece a passagem de onde é tirado e dita ele mesmo ao filho a página latina de Cícero. A cópia é entregue com as demais. Estando impedido o suplente, é o professor titular que corrige o tema, sem saber de onde é tirado. Depois de maduro e consciencioso exame, reconheceu que cinco alunos haviam feito melhor latim do que o que copiara; de sorte que Cícero foi apenas o quinto da sua classe!

Já não sabemos latim! E contudo consagram-se seis ou sete anos a aprendê-lo; gastam-se em livros e em professores somas imensas; parece, ao ver o grande aparato que se emprega nesse estudo, que deveríamos ser os maiores latinistas do mundo. De onde vem essa queda no conhecimento de uma língua sobre a qual gira, contudo, todo o sistema da nossa instrução pública? Além de várias causas cuja exposição nos levaria longe demais, há uma que devo assinalar, tanto por ser a primeira como para justificar a proposição enunciada acima.

O estudo de uma língua morta oferece por si mesmo dificuldades bastante grandes. Essas dificuldades aumentam quando a língua a estudar é a de um povo cujas ideias, sentimentos, religião, instituições, usos, vida pública e privada são totalmente diferentes dos nossos. A criança não acha nem na sua primeira educação nem na sociedade em meio à qual vive nenhuma ou quase nenhuma ideia correspondente à do mundo cuja língua está condenada a estudar; deve adivinhar tanto o sentido das palavras como o sentido do pensamento. Nesse mundo todo novo para ela, não sabe como orientar-se; o mais das vezes anda às apalpadelas, vê-se detida por dificuldades insuperáveis que evita caindo em contrassensos e acaba por tomar desgosto de um estudo que permanece sempre para ela no estado de labor, sem jamais passar ao de prazer.

Eis, tomo por testemunhas todos os que fizeram os seus estudos, o que aconteceu a cada um de nós. O mesmo se deu com todos os nossos antecessores desde a renascença do paganismo literário. Fazem-nos estudar a língua latina pagã, isto é, a língua de uma sociedade que não tem nenhuma relação com a nossa; uma língua cuja marcha transpositiva em nada se parece com a marcha lógica da nossa língua materna; uma língua cujo fundo se compõe de ideias, de fatos, de coisas para cuja inteligência nada nos preparou. Daí a extrema dificuldade de aprender; daí o conhecimento imperfeito que adquirimos dessa língua, para não dizer a ignorância em que ficamos.

Era diferente antes do reinado do paganismo clássico. Estudava-se primeiro a língua latina cristã. Essa só palavra deixa entrever quantas dificuldades a menos se opunham aos progressos da criança. Mãe das nossas línguas modernas, a língua latina cristã oferece relações chamativas e numerosas com o idioma materno. Ao abrir o seu livro latino, o jovem aluno reencontrava a mesma marcha simples e natural; poucas ou nenhuma inversão; o mesmo fundo de ideias que adquirira na sua primeira educação. A sua inteligência cristã adivinhava sem custo uma parte dos pensamentos ocultos sob uma forma estrangeira. Orientava-se facilmente nesse mundo que já não era novo para ele. A cada passo encontrava nomes, fatos, coisas com que as suas primeiras leituras, a conversa da mãe, as instruções do sacerdote o haviam familiarizado desde muito tempo. O estudo do latim já não era para ele quase mais que uma questão de memória. Logo o prazer se ligava ao trabalho, porque a inteligência estava facilmente de metade; e aprendia rapidamente a língua latina cristã, falava-a sem custo e escrevia-a corretamente. Eis o que atestam todos os monumentos dessa época.

É verdade, diz-se; mas não conhecia a língua do século de Augusto, a bela latinidade. Respondo primeiro que conhecia ao menos um dos dois idiomas latinos. Nisso nos era superior, pois, deixando no esquecimento a língua latina cristã para entregar-nos exclusivamente ao estudo da língua pagã, conseguimos não saber nem uma nem outra. Respondo em seguida que nada é mais falso do que crer e dizer que, antes da Renascença, os espíritos cultivados ignoravam a língua do século de Augusto, a bela latinidade. Apelo para a boa-fé de todos os eruditos e peço-lhes que digam se, antes da Renascença, se possuíam, liam e admiravam com menos inteligência e bom gosto, do que se fez depois, as grandes obras da antiguidade. Respondo enfim que a bela latinidade não é somente, como provamos, a latinidade do século de Augusto, mas ainda e sobretudo a latinidade dos grandes séculos cristãos.

A primeira objeção que acabamos de examinar é, pois, falsa em todos os pontos; pois repousa inteira numa confusão de ideias e de palavras condenada pelos fatos, mas conservada obstinadamente na discussão pelos partidários do paganismo clássico.

A segunda objeção consiste em dizer que o remédio, isto é, a substituição dos clássicos pagãos por clássicos cristãos, é impossível, visto que o bacharelado exige imperiosamente o estudo dos autores profanos. E eu pergunto, como primeira resposta, se é verdade, sim ou não, que o uso exclusivo dos livros pagãos na educação é uma das causas que mais contribuíram para corromper os costumes, para perverter as ideias há três séculos e para conduzir a sociedade à beira do abismo em que somos ameaçados de vê-la desaparecer. Pergunto ainda se se pode, sim ou não, continuar, por consideração qualquer, semelhante sistema. Suposto que o bacharelado seja um obstáculo invencível à adoção de uma marcha contrária, segue-se que a questão está empenhada entre a sociedade e o bacharelado; e, já que é uma questão de vida ou de morte, concluo simplesmente que é preciso suprimir o bacharelado para deixar viver a sociedade. Se, pois, a sociedade ainda é curável, e se o remédio proposto é necessário, estamos no direito de afirmar que esse remédio é possível.

Respondo ainda que os clássicos cristãos não são necessários somente à França, mas à Europa inteira. Ora, graças a Deus, a Europa inteira não está condenada ao bacharelado. É-lhe, pois, livre operar, quando quiser, a reforma que pode assegurar o futuro.

Respondo enfim que o conselho superior estabelecido pela nova lei sobre a instrução pública pode também, quando quiser, modificar o programa dos exames a que se submeterão os futuros bacharéis. Em vez de só fazer figurar nele autores pagãos, pode, sem inconveniente para a literatura, para a sociedade, para a religião, diminuir-lhes o número e pedir que os jovens cristãos sejam obrigados a conhecer, ao menos, os principais autores cristãos. Pode ainda, o que é muito mais conforme à liberdade, contentar-se em exigir do candidato que saiba o latim, sem obrigá-lo a aprendê-lo em tal obra de preferência a outra. Ouso afirmar que, tomando essa medida, o conselho terá prestado o maior serviço à pátria e, se provocar as injúrias dos maus, terá em compensação a aprovação de todos os homens sábios, seriamente ocupados do futuro.

Passando do raciocínio à prática, sustentamos que esse remédio é perfeitamente aplicável. Cabe aqui dizer todo o nosso pensamento. Uma grande lei social foi violada no século XVI. A fonte cristã destinada a dessedentar as gerações cristãs foi mudada numa fonte pagã, e a educação, tornada pagã, produziu uma sociedade pagã; e no seio dessa sociedade vimos desenvolver-se todas as ideias e todos os vícios do paganismo. Pedimos um termo para essa estranha aberração; pedimos que a ordem seja restabelecida na educação para voltar à sociedade; pedimos, em consequência, que os filósofos e retores de Atenas ou de Roma já não sejam os únicos nem os principais pedagogos da juventude cristã; que autores cristãos preencham doravante essa nobre, essa delicada função.

Queremos com isso excluir os autores profanos? Ainda que o quiséssemos, seríamos apenas os ecos dos maiores homens e dos maiores séculos da história moderna. Mas tranquilizai-vos, queremos simplesmente que o acessório deixe de ser o principal. Ora, em matéria de educação cristã, concedereis sem custo que o paganismo é apenas o acessório e que, a esse título, o seu lugar só deve ser secundário. Já que insistis, concedemo-vos que a criança cristã tem duas sociedades a conhecer: aquela de que é filha e que deve um dia servir e honrar; a outra, que pode ignorar sem consequências para a sua felicidade ou a dos seus semelhantes. Os autores cristãos são os órgãos da primeira, os autores pagãos da segunda: a vós cabe fixar-lhes o lugar respectivo.

Aqui vejo-vos chegar com uma nova impossibilidade. Dizeis: Não é possível estudar ao mesmo tempo os autores cristãos e os autores pagãos, o tempo das aulas não o permite. Adotando só clássicos profanos, mal se podem explicar alguns, e dos que se explicam quase nenhum se vê inteiro. A maioria dos jovens sai da retórica sem jamais ter lido, e menos ainda explicado, Virgílio, Ovídio, Horácio, Quinto Cúrcio de ponta a ponta. Que será se lhes derem ainda autores cristãos?

Eis justamente o inconveniente do uso dos clássicos pagãos na educação. A extrema dificuldade de aprender a língua de uma sociedade totalmente diferente da nossa condena a juventude a um estudo longo e ingrato e tira-lhe o tempo de ler os autores, e com maior razão de aprofundar algum. Esse inconveniente desaparece, ao menos em grande parte, se fizerdes primeiro estudar a língua latina cristã.[2] A facilidade com que o aluno a aprende deixa-lhe o tempo de ler muito latim. Por sua vez, essa leitura abundante lhe dá maravilhosa facilidade para compreender a língua latina pagã, cujas palavras, afinal, são geralmente as mesmas que as do idioma cristão. Por outro lado, ainda que fosse verdade que o uso dos clássicos cristãos diminuiria um pouco o estudo dos clássicos pagãos, que inconveniente tão grave poderia resultar daí? Conhecer um pouco menos Fedro e Esopo, e um pouco mais a Sagrada Escritura; um pouco menos Ovídio e Virgílio, e um

pouco mais os salmos e os profetas; um pouco menos Cícero e Demóstenes, e um pouco mais são Gregório e são João Crisóstomo, seria prejudicar o desenvolvimento da inteligência, falsear a educação, comprometer a sociedade, ultrajar o senso comum?

Cremos, pois, e a experiência o confirma, que, começando por fazer aprender exclusivamente a língua latina cristã, pode-se não somente ver os principais autores pagãos que hoje servem de clássicos, mas ainda vê-los muito melhor. A criança conhecerá tudo o que conhece e o conhecerá melhor. Além disso, conhecerá uma língua e autores que não conhece de modo algum. Assim, tranquilizem-se, o bacharelado, que inspira tanta solicitude, nada terá a sofrer. Apenas a sua influência será menos funesta à juventude e à sociedade; é tudo.

Preciso acrescentar que, na sua forma atual, o bacharelado não tem nenhuma promessa de imortalidade; que o interesse mais sério do futuro pede que seja ou suprimido ou profundamente modificado? O meio de matá-lo ou de mudá-lo é precisamente o meio que propomos. Inútil ainda dizer que, felizmente, o bacharelado não é obrigatório para o clero; que o clero pode, pois, imediatamente e com grande vantagem adotar os clássicos cristãos. Ora, É AINDA PELO CLERO QUE DEVE COMEÇAR, COMO TODAS AS OUTRAS, ESSA REFORMA DECISIVA PARA A RELIGIÃO E PARA A SOCIEDADE.

Como última objeção, diz-se: O remédio será ineficaz, visto que, com clássicos cristãos, o professor sempre pode, quando quiser, fazer alunos pagãos. Respondo em primeiro lugar que a coisa será menos fácil do que o é hoje. Respondo em segundo lugar que, com clássicos cristãos, os maus professores se tornarão cada vez mais raros e os bons se tornarão excelentes: é o caso de aplicar o provérbio: Dize-me com quem andas, dir-te-ei quem és. Respondo em terceiro lugar que, se, com clássicos cristãos, um mau professor pode fazer alunos pagãos, um bom professor não pode, regra geral, com clássicos pagãos, formar alunos cristãos: três séculos de experiência estão por trás de mim para prová-lo. Eis a enorme diferença que separa um e outro sistema.

Reduzida à sua mais simples expressão, essa diferença significa que, se os clássicos cristãos não podem, por culpa dos homens, salvar na Europa a religião e a sociedade, os clássicos pagãos, apesar de todos os esforços dos homens, perderão infalivelmente e sem remédio a religião e a sociedade em toda a Europa. Ainda que as chances de êxito fossem mais fracas do que supondes, pergunto se é permitido hesitar um instante quanto ao emprego dos clássicos cristãos. Entre dois remédios, um dos quais matará certamente o doente e o outro apresenta alguma chance de eficácia, a consciência não impõe ao médico o dever sagrado de rejeitar o primeiro e empregar o segundo?

Notas

[1] Carta do Sr. Gatien Arnault, professor de filosofia na Faculdade de Letras de Toulouse.

[2] Seria preciso também modificar o método atual de aprender as línguas: um método que pede seis ou sete anos para aprender uma língua que, em última conta, não se sabe, não pode ser essencialmente bom.

Revision #1
Created 22 November 2026 17:19:55 by Admin
Updated 22 November 2026 17:19:55 by Admin